



AS REDES SÃO AS RUAS SÃO AS REDES – O TERRITÓRIO HÍBRIDO DA CIBERPOLÍTICA

Rodrigo Savazoni¹

Resumo: O artigo descreve uma série de iniciativas ocorridas, principalmente em São Paulo mas não só, entre os anos de 2011 e 2013, as quais podem ser consideradas preparatórias para a eclosão dos protestos de junho de 2013, quando milhares de pessoas tomaram as ruas das principais capitais do país em manifestações que exigiam uma profunda transformação da política nacional. Influenciados pela Primavera Árabe, pelos indignados espanhóis (15-M) e pelo Occupy Wall Street, protestos como o Churrascão da Gente Diferenciada, as Marchas da Liberdade e o #ExisteAmoremSP podem ser considerados exemplos de um território híbrido de ação política que surge de um fluxo contínuo nas redes (em especial as digitais, mas não só) e nas ruas (portanto, os espaços urbanos).

Palavras-chave: protestos de junho; movimentos sociais; cultura digital.

Abstract: This article describes a number of initiatives that took place in São Paulo between 2011 and 2013 that could be considered preparatory to the protests of June 2013, when thousands of people went to the streets of Brazil's biggest cities demanding a profound transformation of national politics. Influenced by the Arab Spring, the Spanish indignados (15-M) and the Occupy Wall Street protests events like Churrascão da Gente Diferenciada, the Marches of Freedom and #ExisteAmoremSP can be considered examples of a hybrid territory of political action that arises from a dialogue between networks (especially digital, but not only) and streets (urban spaces).

Keywords: protests of June; social movements; digital culture.

Quando os protestos de junho de 2013 eclodiram, a partir de São Paulo e se alastrando para todo o Brasil, vimos se materializar, numa escala até então inimaginável no Brasil, um novo território ciberpolítico. Os protestos se constituíram nas ruas das grandes cidades e numa miríade de plataformas e interfaces digitais, conformando um novo espaço público no qual rede e rua são dois *layers* sobrepostos, não em oposição, mas num *continuum* que se retroalimenta e define o ambiente social atual. Essa sobreposição de camadas, em que já não é mais possível falar em *online* e *offline*, desenha um território específico da organização da política contemporânea.

Neste artigo, que é uma evolução de um trabalho apresentado no seminário de comemoração de vinte anos do Programa Avançado de Cultura Contemporânea da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PACC-UFRJ), e que esteve sob revisão pelos pares na plataforma online ResearchGate, proponho uma navegação que parte dos protestos que ocorreram em São Paulo nos anos de 2011 a 2013, sob influência da Primavera Árabe, dos Indignados espanhóis e do Occupy WallStreet, e que consistem, a meu ver, em afluentes do enorme rio que se formou em 2013. Fazer esse percurso nos ajuda a compreender melhor quem são esses atores contemporâneos que desaguarão em junho.

O texto é composto de fragmentos capturados por observações *in loco*, leitura de outros artigos e conversas com agentes que participaram desse complexo processo político. As descrições se concentram especialmente em São Paulo. Retrato parcial, também não me impus o desafio de mapear todos os personagens que são parte desta história. Ela é, sem dúvida, muito maior do que qualquer pesquisador pode capturar, a partir de seu ângulo específico de análise e elaboração. Daí a importância de estimularmos a produção de diferentes olhares sobre o mesmo objeto.

I

Com a eleição, em 2002, de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para presidente da República e a consequente nomeação do músico Gilberto Gil para o Ministério da Cultura, um ciclo de estímulo às expressões políticas em rede teve início no Brasil. A primeira década do século XXI foi marcada por acentuadas transformações no cenário político, especialmente pelo aprofundamento da participação da sociedade civil na governança do país.

De acordo com Leonardo Avritzer, "As conferências nacionais se tornaram a mais importante e abrangente política participativa no Brasil".^[2] Em estudo produzido para o IPEA, Avritzer destaca que desde o início da realização de conferências nacionais, nos anos 1940, durante o governo Vargas, até 2012 foram realizadas 115 conferências. Destas, 74 ocorreram durante o governo Lula (cerca de 65%). Ou seja, a sociedade civil brasileira, que na virada do século hospedava o Fórum Social Mundial, o maior evento mundial voltado à construção de novos caminhos para o planeta, foi convocada a contribuir para a elaboração de políticas públicas responsáveis por transformar a realidade do país.

Em entrevista a Emir Sader, no livro *Lula e Dilma: dez anos de governos pós-neoliberais no Brasil*, o ex-presidente Lula afirma que o principal legado de sua administração foi justamente "que o povo sentiu que participou do governo".

[O brasileiro] começa a se sentir parte do projeto: ele sabe, ele contribui, ele dá a sua opinião, ele é contra, ele é a favor... As

conferências nacionais foram a consagração disso. A gente não tinha orçamento participativo, não era possível fazer orçamento participativo na União. Então, nós resolvemos criar condições para o povo participar. Promovemos conferências municipais, estaduais e nacionais. Foi a forma mais fantástica de um presidente da República ouvir o que o povo tinha a dizer (Lula, apud Sader, 2013, p. 11).

O Lulismo, como o expõe André Singer no artigo “Raízes sociais e ideológicas do Lulismo”^[3], publicado na revista *Novos estudos do Cebrap*, constituiu-se como um pacto baseado em ortodoxia econômica e redistribuição da riqueza com foco na população de mais baixa renda. Isso permitiu ao presidente reeleger-se em 2006 com enorme votação justamente entre o eleitorado de baixa renda – o “subproletariado” – que é responsável por 47% do total de eleitores do país.

O pulo do gato de Lula foi, sobre o pano de fundo da ortodoxia econômica, construir uma substantiva política de promoção do mercado interno voltado aos menos favorecidos, a qual, somada à manutenção da estabilidade, corresponde nada mais nada menos que à realização de um completo programa de classe (Singer, 2009, *online*).

Para se constituir, no entanto, em “árbitro acima das classes” (Singer, 2009), Lula precisou justamente abrir sua administração ao envolvimento dos agentes sociais organizados, que uma vez incorporados passaram a contribuir com a validação social desse processo redistributivo. Com isso, drenou parte da força de combate que anteriormente esses movimentos destinavam à disputa com o Poder Executivo Federal. Antes opositores, os movimentos tornaram-se partícipes.

Mesmo com Dilma mantendo o acordo economicamente estruturante do Lulismo, operando na dicotomia “ortodoxia/redistribuição”, a relação de participação e envolvimento dos atores organizados da esquerda perdeu espaço.

A presidenta, diferentemente de Lula, esboçou um enfrentamento ideológico dos pilares da ortodoxia econômica – o que poderia ser visto como uma sinalização à esquerda – mas pautou sua administração pela impermeabilidade aos movimentos sociais, regredindo nas políticas de cultura, direitos humanos, na questão indígena, reforma agrária, meio ambiente e juventude, entre outras.

O primeiro momento desse retrocesso na construção de políticas em parceria com a sociedade civil ocorreu justamente nas políticas públicas de cultura, ainda em janeiro de 2011, o primeiro mês de governo de Dilma.

Em 2003, Gil assumiu o comando do Ministério da Cultura prometendo, em seu discurso, transformar o ministério na “casa de todos os que pensam e fazem o Brasil”. Ao afirmar que “toda política cultural faz parte da cultura política de uma sociedade e de um povo”, Gil demarcou ali o que viria a ser uma das principais características de sua gestão e da de seu sucessor: contribuir para a transformação da cultura política brasileira ao realizar “uma espécie de ‘do-in antropológico’, massageando pontos vitais, mas momentaneamente desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do país. Enfim, para avivar o velho e atizar o novo” (Gil, 2003, *online*).

O ministro-cantor concluiria sua fala de posse anunciando que o MinC, sob seu comando, seria “o espaço da experimentação de rumos novos”, da “aventura e da ousadia”:

É com esta compreensão de nossas necessidades internas e da procura de uma nova inserção do Brasil no mundo que o Ministério da Cultura vai atuar, dentro dos princípios, dos roteiros e das balizas do projeto de mudança de que o presidente Lula é, hoje, a encarnação mais verdadeira e profunda. Aqui será o espaço da experimentação de rumos novos. O espaço da abertura para a criatividade popular e para as novas linguagens. O espaço da disponibilidade para a aventura e a ousadia. O espaço da memória e da invenção (GIL, 2003, *online*).

Ao longo dos anos, Gil e seus parceiros, em especial seu então Secretário-executivo e posteriormente Ministro da Cultura, Juca Ferreira (2008-2010), realizaram esse projeto político “imaginativo e ousado” (Manevy, 2010, p. 103), tendo como diretriz a democratização do acesso à cultura e o fomento à diversidade cultural, em consonância com as transformações operadas pelo avanço da digitalização dos bens simbólicos e sua assimilação pela sociedade.

A principal expressão desse *do-in antropológico* materializado em política pública foi o Programa Cultura, Educação e Cidadania — Cultura Viva, do qual os Pontos de Cultura são a principal ação. O programa foi formulado com base no princípio de que, embora indutor dos processos culturais, o Estado não é o agente responsável por “fazer cultura”. Cabe a ele, em última instância, criar condições e mecanismos para que seus cidadãos não apenas acessem bens simbólicos, como também produzam e veiculem seus próprios bens culturais, movimentando seu contexto local como sujeitos ativos desses processos.

Com base nesses princípios, a proposta dos Pontos de Cultura se materializou em editais públicos, tendo como foco organizações da sociedade civil em atividade havia pelo menos dois anos, localizadas em áreas com pouca oferta de serviços públicos e envolvendo populações pobres ou em situação de vulnerabilidade social. Às organizações vencedoras dos editais (que se tornaram, a partir de então, Pontos de Cultura), caberia articular e promover ações culturais locais. Para tanto, passariam a receber R\$ 5 mil mensais, por três anos.

No início, o edital ainda previa, como ação indispensável em cada um dos Pontos de Cultura, a presença de um estúdio digital multimídia. Os recursos deveriam ser destinados à aquisição de um “kit multimídia”: computadores conectados à Internet, todos equipados com *software* livre, além de demais equipamentos para captação e edição de áudio e vídeo – câmera, filmadora, mesa de som etc. A proposta era que as comunidades contempladas se sentissem incentivadas tanto a produzir conteúdos digitais quanto a difundi-los pela rede (Turino, 2010).

A pesquisadora Eliane Costa, autora do livro *Jangada digital*, destaca que esse trabalho desenvolvido pela dupla Gil-Juca destacou-se pelo “alargamento do conceito de cultura, a aposta na diversidade, na chamada cultura da periferia e na inovação, bem como o diálogo entre

patrimônio e tecnologia de ponta” (2011, p. 37). Também levou, não apenas a uma nova face das políticas culturais, mas a uma mudança significativa da cultura política, principalmente entre os agentes e produtores culturais ligados ao movimento social.

Uma das expressões mais avançadas do Ministério da Cultura de Gil foi sua política para a cultura digital e as redes de compartilhamento. O governo Lula desenvolveu uma ousada política de utilização e fomento ao *software* livre. Gil liderou a adesão do Ministério da Cultura a esse processo, e passou a difundir em suas falas valores das comunidades de compartilhamento.

Em um discurso na USP, em 2004 – o qual até hoje é considerado programa político para muitos dos ativistas das redes político-culturais do país –, Gil afirma viver e gerir a cultura inspirado sob a ética hacker:^[4]

Eu, Gilberto Gil, cidadão brasileiro e cidadão do mundo, Ministro da Cultura do Brasil, trabalho na música, no Ministério e em todas as dimensões da minha existência, sob a inspiração da ética hacker, e preocupado com as questões que o meu mundo e o meu tempo me colocam, como a questão da inclusão digital, a questão do *software* livre e a questão da regulação e do desenvolvimento da produção e da difusão de conteúdos audiovisuais, por qualquer meio, para qualquer fim (Gil, 2004, *online*).

Essa transformação de mentalidade e de estímulo a uma nova cultura política, baseada na liberdade, no compartilhamento, nas tecnologias livres, na participação política, exerceria um forte fascínio em vários grupos culturais do país. Especialmente aqueles que se encontravam fora do foco das ações do Estado, como os grupos de cultura popular, de cultura da periferia urbana, de povos indígenas, e também a juventude urbana afastada dos grandes centros de produção cultural. Esses agentes vivenciaram, entre 2003 e 2010, a experiência de co-gerir e co-formular políticas públicas.

No entanto, em 2011, ao conduzir a também cantora e compositora Ana de Hollanda ao posto de ministra, Dilma interrompeu esse processo de colaboração. Ana de Hollanda posicionou o ministério na direção oposta de seus antecessores e passou a criminalizar as redes político-culturais emergentes. Já organizados em inúmeras cidades, esses agentes que anteriormente se encontravam na condição de co-construtores de políticas públicas, canalizaram sua energia em outras direções. Presumo que a grande maioria deles participou ativamente dos protestos de junho, como co-construtores da emergente política das redes e das ruas.

II

Uma outra imagem para compor este nosso álbum: a da influência da popularização dos instrumentos técnicos de interconexão em rede no estímulo a novas práticas políticas.

Durante a primeira década deste século, as novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) e do acesso à rede mundial de computadores se popularizam no Brasil. Em 2000, o país tinha cerca de 10 milhões de computadores em uso. Em 2013, esse número passou para 119 milhões, o que configura três micros para cada cinco habitantes brasileiros.^[5] O número de cidadãos usuários de internet quintuplicou. Saiu de 7,5 milhões de usuários residenciais em 2002, para mais de 40 milhões em 2012. Em números absolutos, o país atingiu em 2012 o número de 94 milhões de pessoas com acesso à internet.^[6]

Em 2002, as redes sociais ainda não faziam parte do cardápio usual dos internautas. Os blogs, no entanto, já estavam na moda. O aplicativo MSN Messenger, a cópia da Microsoft para o pioneiro ICQ, já era largamente utilizado. Essa aplicação permitia a conversação instantânea por meio da internet, sem custos adicionais para o usuário.

A partir de 2004, no entanto, com a criação e difusão do Orkut pelo Google, o Brasil vivenciaria uma experiência pioneira de adesão a sites de redes sociais. Os movimentos sociais em rede já faziam uso intensivo de aplicações colaborativas próprias como o Centro de Mídia Independente (CMI) desde o ano 2000, mas a maior parte dos usuários comuns ainda estava se adaptando às nascentes aplicações do que viria a ser conhecido como web 2.0.

Nesse contexto, também se popularizaram no país as políticas de inclusão digital e de apropriação crítica das tecnologias, a partir de iniciativas públicas desenvolvidas em âmbito municipal, estadual e por órgãos do Governo Federal. Entre esses programas, o supracitado Programa Cultura Viva, com os pontos de cultura, que buscavam estimular não apenas o uso padrão das tecnologias e da internet, mas principalmente fomentar o uso criativo e cultural.

A década é marcada fortemente pela ideia de cultura digital, que André Lemos, professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e um dos principais pesquisadores do tema no Brasil, define como o fenômeno que “dita o ritmo” das transformações sociais, culturais e políticas no planeta.

A cibercultura é o conjunto tecnocultural emergente no final do século XX impulsionado pela sociabilidade pós-moderna em sinergia com a microinformática e o surgimento das redes telemáticas mundiais; uma forma sociocultural que modifica hábitos sociais, práticas de consumo cultural, ritmos de produção e distribuição da informação, criando novas relações no trabalho e no lazer, novas formas de sociabilidade e de comunicação social. Esse conjunto de tecnologias e processos sociais dita hoje o ritmo das transformações sociais, culturais e políticas nesse início de século XXI (Lemos; Levy, 2010, p. 11).

Em 2013, o Facebook passou a ter mais de 70 milhões de perfis ativos no Brasil, ou seja, um em cada três brasileiros detinha uma conta no site de rede social. Não à toa, portanto, grande parte do debate político pela internet passou a ser realizado dentro da plataforma estadunidense, sendo o Facebook intensamente utilizado pelos novos movimentos políticos, seja para a convocação de ações, seja para a disputa de narrativas comunicacionais. Nenhum outro site ou serviço atingiu, em nenhum momento, tamanha centralidade política como o criado por Zuckerberg.^[7]

III

Voltemos a 2011, ao ano infinito. Do oriente médio (Primavera Árabe) soprou o vento da revolução, que se alastrou pelos indignados espanhóis (15-M) e pelos ocupadores de mentes e corações dos Estados Unidos (Occupy Wall Street). Tahir, Puerta del Sol e as imediações da rua Wall Street foram tomadas por multidões contestadoras, articuladas previamente por meio de dispositivos tecnológicos. Distintos entre si, resultados de objetivos e conjunturas diferentes, esses protestos carregaram características em comum, entre as quais a de se realizarem no espaço da autonomia (Castells, 2013), ou seja o novo campo das disputas políticas forjado pela sincronidade de ações nas redes e nas ruas. Mais adiante me debruçarei especificamente sobre algumas das formulações do sociólogo catalão. A partir de 2011, vivemos um período de praças tomadas, que se tornaram símbolos globais do poder dos novos movimentos sociais.

O novo ciclo de lutas aberto pelos pioneiros agentes da Tunísia, do Egito, da Espanha e dos Estados Unidos reverberou e, em consonância temporal e espiritual, passou a estimular forças contra-hegemônicas em todo o globo terrestre.

Paulatinamente, esses ventos de reocupação das ruas começaram a soprar na direção do Brasil. Em específico, passaram a soprar no imaginário de uma geração criada no contexto da democracia, mas que passou a sentir o esgotamento do projeto democrático pós-ditadura. Um projeto baseado em acordos pacificantes que têm mantido intactos velhos arranjos de poder, marcados pela ineficiência e também pela corrupção. Uma geração descrente da política institucional, justamente pela estrutura deteriorada do sistema político brasileiro.

Essa sensação algo difusa de descontentamento foi catalisada por experiências de micro-protestos em rede que se destinam a enfrentar, principalmente, o colapso urbano.

Em São Paulo, de 2011 a 2013, até às jornadas de junho, uma série de intervenções de natureza festiva e política contribuíram para uma retomada das ruas pela juventude, inclusive a de classe média. Grupos que estavam afastados do desejo de ativismo passaram a se dedicar a evidenciar a ausência de direitos e condições razoáveis de vida em uma cidade marcada por administrações conservadoras, que só fizeram aprofundar o proibicionismo e a exclusão.

Como marco inaugural dessa compilação de episódios, podemos citar o Churrascão da Gente Diferenciada, realizado no sábado, dia 14 de maio de 2011.

O evento foi convocado pelo Facebook, onde chegou a ter mais de 50 mil confirmações. Se alastrou pelas redes sociais viroticamente, resultando em matérias produzidas por jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão. No dia marcado, entre 2 a 4 mil pessoas compareceram às ruas do tradicional bairro paulistano de Higienópolis, portando instrumentos musicais e churrasqueiras para confraternizar.

O protesto/deboche foi marcado para contestar os moradores de Higienópolis, em São Paulo, depois que a associação de moradores se mobilizou e passou a distribuir panfletos com mensagens contrárias à construção de uma estação do metrô no bairro sob a alegação de que ela traria “gente diferenciada” ao convívio dos endinheirados. Os internautas então, assumindo-se como diferenciados (eufemismo para pobres), resolveram marcar um “churrascão na laje” para exigir a construção da estação de metrô. A página de convocação do evento foi idealizada por Danilo Saraiva. Em um *post* para o *blog* Aos Cubos, ele explica suas motivações políticas:

Começo esse texto dessa forma: sim, eu fui lá, não sou bundão, não sou vendido, não estou no armário. Acima de tudo, não sou filiado a qualquer partido político. Essa, aliás, é uma frase difícil de ser compreendida por aqueles colunistas de renome e muitos simpatizantes radicais do governo do Estado de São Paulo. **Por que é tão difícil entender que existe, sim, um movimento popular que não é feito a mando de um PT, ou de um PSDB, um PSTU ou qualquer partido a quem vocês expressam ódio mortal e tentam justificá-lo com atitudes alheias, que nada tem a ver com a briga política e social que vocês mesmos criaram?** (Saraiva, 2011, *online*).^[8]

O depoimento de Saraiva é elucidativo justamente por ser a voz desse ator político que passou a ser objeto de disputas interpretativas: o jovem interconectado, sem filiação partidária, sem histórico de organização política, que expressa seu ponto-de-vista na rede e que não detém o controle da iniciativa que propôs. Tudo, no ambiente das redes, é fluido e dinâmico, e escapa das categorias comumente utilizadas pela análise político-social.

Antes de mais nada: não houve organização. Outra afirmação que causa contestação aos odiadores de plantão. **Como é possível que um evento tão organizado e pacífico tenha sido comandado apenas pela iniciativa do povo, que não tem nome?** (Saraiva, 2011, *online*).

Quem é esse povo a que se refere Saraiva? Uma pergunta que segue sem resposta.

A pauta política do Churrascão era a contestação ao elitismo excessivo e característico de São Paulo – uma pauta que viria a ser ponto central do debate eleitoral que ocorreu na cidade em 2012 e que levou à eleição de Fernando Haddad (PT). O evento/protesto/gozação também já mapeava, porém, um outro tema que viria a ser basilar nos protestos de junho: o transporte urbano.

Essa vontade de rua já estava expressa em uma outra iniciativa que ocorrera um mês antes, de caráter também inovador política e culturalmente.

O Festival Baixo Centro, organizado por um coletivo da Casa da Cultura Digital, articulou, por meio de uma chamada pública na internet, mais de 100 atividades livres, abertas e gratuitas às ruas dos bairros de Santa Cecília, Barra Funda e Campos Elíseos, nas imediações do Elevado Costa e Silva, popularmente conhecido como Minhocão, durante uma semana. Financiada exclusivamente por meio de uma campanha de *crowdfunding* (doações pela internet), o Baixo Centro tornou-se, a partir dessa articulação, um movimento político-cultural que conectou inúmeras organizações que habitam essa região da cidade. O festival segue existindo, afirmando a capacidade de auto-organização dos indivíduos perante as necessidades de transformação da cidade.

Logo depois do Churrascão da Gente Diferenciada, ocorreu, no dia 28 de maio de 2011, a Marcha da Liberdade. A ação, convocada pela internet, surgiu como uma reação à violenta repressão policial à Marcha da Maconha, realizada uma semana antes, no dia 21. Naquela ocasião, os manifestantes foram proibidos pelo Supremo Tribunal Federal de realizar o protesto. A reação dos ativistas foi então criar um movimento pela liberdade de manifestação.

O primeiro protesto levou cerca de 5 mil pessoas à Avenida Paulista, em um trajeto que percorreu toda a rua da Consolação, finalizando na Praça da República. Devido à força adquirida pelo ato do dia 28, uma nova atividade foi convocada para a semana seguinte, articulando outras 40 cidades do país.^[9]

Conforme registra o manifesto difundido pelos seus articuladores, a Marcha da Liberdade não pretendia ser “uma organização”, mas sim “uma rede feita por gente de carne e osso, organizados de forma horizontal, autônoma e livre”. Por meio do texto, convocavam:

Todos aqueles que não se intimidam, e que insistem em não se calar diante da violência. Contamos com as pernas e braços dos que se movimentam, com as vozes dos que não consentem. Ligas, correntes, grupos de teatro, dança, coletivos, povos da floresta, grafiteiros, operários, hackers, feministas, bombeiros, maltrapilhos e afins. Associações de bairros, ONGs, partidos, anarcos, blocos, bandos e bandas. Todos os que condenam a impunidade, que não suportam a violência policial repressiva, o conservadorismo e o autoritarismo do judiciário e do Estado. Que reprime trabalhadores e intimida professores. Que define o serviço público em benefício de interesses privados.^[10]

A proposta da Marcha da Liberdade era integrar os diferentes agentes sociais na defesa da liberdade de expressão. O manifesto propunha uma ciranda de causas políticas que vinham sendo travadas de forma desarticulada.

Ciclistas, lutem pelo fim do racismo. Negros, tragam uma bandeira de arco-íris. LGBT, gritem pelas florestas. Ambientalistas, cantem. Artistas de rua, defendam o transporte público. Pedestres, falem em nome dos animais. Vegetarianos, façam um churrasco diferenciado! Nossas reivindicações não têm hierarquia. Todas as pautas se completam na perspectiva da luta por uma sociedade igualitária, por uma vida digna, de amor e respeito mútuos. Somos todos pedestres, motoristas, cadeirantes, catadores, estudantes, trabalhadores. Somos todos idosos, índios, travestis. Somos todos nordestinos, bolivianos, brasileiros, vira-latas.

Um dos pontos altos da Marcha da Liberdade, por exemplo, foi quando alguns militantes do Movimento Passe Livre – organização que seria responsável pela centelha explosiva dos protestos de Junho – invadiu o Conjunto Nacional, antigo centro comercial na esquina da Av. Paulista com a Rua Augusta e estendeu uma enorme bandeira em defesa do fim da cobrança de tarifas no transporte público. Os militantes foram rapidamente contidos pelas seguranças do prédio, mas conseguiram fazer a passeata que rumava em direção ao centro da cidade vibrar com a ousadia. Um tipo de ousadia, aliás, que iria justamente marcar as ações políticas ocorridas a partir de junho de 2013.

Pulando para 2012, e para o contexto eleitoral, temos a realização dos atos #AmorSIMRussomanoNÃO e #ExisteAmoremSP. Nesta recompilação eles entram como símbolos da intervenção nas ruas, mas não somente. Foram também um momento em que essa cidadania articulada em rede se dirigiu à política institucional, exigindo respostas dos candidatos. E com isso demonstrou sua capacidade de incidir não somente na micro, mas também na macro-política.

Superando os candidatos do Partido dos Trabalhadores (PT), Fernando Haddad, e do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), José Serra, o jornalista e Deputado Federal Celso Russomano, do Partido Republicano Brasileiro (PRB), aparecia liderando o certame com mais de 30% das intenções de voto. Na reta final, parecia que o candidato azarão iria conseguir avançar ao segundo turno, removendo do cenário um dos dois principais partidos do país, os quais vêm se alternando na disputa pelo controle da maioria do eleitorado paulista e paulistano.

A campanha de Russomano, com pouco tempo de exposição televisiva, era essencialmente conservadora. Apelando para o voto cristão, posicionava-o contra as liberdades comportamentais e o apresentava como defensor dos pobres, reforçando sua imagem construída quando jornalista especializado em mediar conflitos ao vivo, muitos deles voltados à defesa dos consumidores. Russomano, sem dúvida, simbolizava um acirramento do comportamento proibicionista que marcou a gestão de Gilberto Kassab, do Partido Social Democrático (PSD) e por isso coletivos e redes político-culturais que emergiram no país nos últimos anos iniciaram uma campanha pelas redes sociais para barrar o crescimento do candidato do PRB.

Por meio de páginas no Facebook e postagens em blogs e redes sociais como twitter e Instagram, convocaram o ato #AmorSimRussomanoNão. Na convocatória criada em uma página de eventos da rede social Facebook, a articulação de coletivos que convocou a ação destacava o crescimento de Russomano a partir dos “escombros da guerra entre PT e PSDB”, e avaliava:

Celso Russomano não é apenas Celso Russomano. É o fruto da despolíticação, da passividade civil e da preguiça mental diante da falência do sistema político tradicional. A vitória dele nas eleições municipais seria a materialização de uma

tragédia, a vitória de uma escola política que ainda ecoa da ditadura. E pode significar não apenas o aprofundamento da São Paulo policialesca e proibida. Mas a criação de uma nova força política nacional fincada que ameaça o estado laico e as causas progressistas.^[11]

No dia 5 de outubro de 2012, o ato *#AmorSimRussomanoNão* levou à Praça Roosevelt, localizada no centro de São Paulo, interligando as ruas Augusta e da Consolação, um conjunto de cerca de quatro mil pessoas, que, em uma noite chuvosa, fizeram um protesto com grande visibilidade midiática, principalmente pela repercussão nos *sites* de redes sociais.

O momento foi interpretado como epicentro de uma tomada de consciência por parte da juventude e de grupos políticos e sociais historicamente ligados ao campo da luta pelas liberdades democráticas e pelos Direitos Humanos, produzindo um engajamento mais forte desses atores na disputa eleitoral, que até então parecia correr mornamente para um desfecho anódino.

A partir de um conjunto de fatores, não apenas em função dessa mobilização – mas também em função dessa mobilização –, o candidato Russomano definiu e não passou do primeiro turno. Haddad (PT) e Serra (PSDB), então, foram alçados à segunda rodada. O engajamento contra Russomano não só resultou na derrota do candidato do PRB como gerou uma inédita aproximação das redes e coletivos emergentes da cidade de São Paulo.

Essa nova articulação, logo no início do segundo turno, em uma reunião realizada na Casa Fora do Eixo São Paulo, resolveu dar sequência ao debate de ideias libertárias durante a eleição convocando um novo ato. A maioria dos organizadores da articulação era de eleitores do candidato petista. Por isso, foi feita a avaliação de uma possibilidade de uma campanha direcionada contra o candidato tucano, intitulada *#FaçaAMORnãoofaçaSERRA*. A maioria dos articuladores, no entanto, passou a defender a ideia de que era preciso discutir o sentido da cidade com os eleitores e afirmar um novo momento para São Paulo, sem vinculações político-partidárias. O sentido deveria ser a defesa de uma cidade liberta, e a reação deveria vir dos candidatos. Não o contrário.

Assim, então, surgiu o “Existe Amor em SP”. Na página de convocação do evento no Facebook^[12], pode-se ler:

Esta é uma declaração de amor à cidade, pois o Existe Amor Em SP somos todos nós! Somos um movimento de todos que desejam uma cidade mais humana, justa, amável e acolhedora. Todos constroem o movimento, e são responsáveis por ele! Em meio ao caos de São Paulo, onde a cidade é dominada pela lógica higienista, especulação imobiliária e pela truculência do Estado, principalmente nas periferias, mas não só nelas, o Existe Amor Em SP surge como um grito, que emerge de cada paulistano. Um sentimento de amor que transcende o individual, e alcança o coletivo! Um grito que clama por mais amor, por mais respeito e por mais solidariedade.

No dia 21 de outubro de 2012 mais de 20 mil pessoas compareceram à ocupação pacífica da Praça Roosevelt, então rebatizada de Praça Rosa, em alusão à cor rosa-choque^[13], escolhida pelos organizadores para simbolizar o movimento. As pessoas que ali estiveram participaram de shows, intervenções políticas, rodas de conversa, numa grande celebração pela possibilidade de uma nova cidade. Não havia vínculo com nenhuma candidatura. E nenhum dos candidatos concorrentes compareceu ao encontro.

Entre os artistas participantes da atividade, estava o rapper e cantor Criolo, autor da canção-manifesto “Não Existe Amor em SP”^[14]. Antes de entoar seu hino, Criolo discursou:

Não vamos diminuir a força desse movimento. Sozinho eu não consigo nem cantar uma frase. A gente é tão frágil. Se vocês soubessem a força que vocês têm. Vocês são maravilhosos. Mesmo com tanta desgraça, com tanta opressão, com tanto preconceito, com tanto bagulho que põe a gente para baixo, vocês estão aqui mostrando que é possível. Tem vários irmãos em várias quebradas que estão em depressão, que nem sabem o que está acontecendo aqui. Vamos ter respeito pelo dia de hoje.

A imagem da reunião espontânea de uma multidão voltada a defender uma outra cidade possível tornou-se símbolo do novo momento da política contemporânea de São Paulo. Como nos levantes globais, o que os ativistas fizeram foi tomar uma praça e ressignificá-la politicamente.

Apesar de não direcionada a nenhum candidato, sem dúvidas a articulação gerou dividendos ao candidato petista, que se apresentava com o discurso da mudança. Serra, que fora eleito prefeito de São Paulo oito anos antes, passando a faixa a seu vice, Kassab, não tinha como se aliar aos valores do *#ExisteAmoremSP*.

Haddad, uma vez eleito, fazia menção ao amor a São Paulo em seu discurso de posse. Seu governo, no entanto, assimilou pouco do significado político da emergência desses novos atores e, em junho, quando eclodiram os protestos pela redução das tarifas, convocados pelo Movimento Passe Livre, não soube como lidar com essa nova forma tática e estratégica de fazer político.

Não foi somente nas classes médias, porém, que São Paulo se preparou para junho. Nas periferias também vimos emergir nos últimos dez anos uma miríade de coletivos táticos e de organizações de cunho político-cultural articuladas em rede. Com destaque para os engajados militantes contra a violência policial do Mães de Maio, que mantém um ativo perfil no Facebook denunciando as barbáries cometidas contra a população jovem e negra do país, e aos inúmeros agrupamentos articulados em torno dos saraus de poesia e música, cuja máxima expressão é a Cooperifa, liderada pelo poeta Sérgio Vaz e que há 10 anos articula uma série de ações na Zona Sul da capital.

Esses agrupamentos são expressões da transmutação do movimento hip hop, que a partir das décadas de 1980 e 1990 se tornou uma das mais importantes formas de organização política das juventudes periféricas. Sem dúvida, o crescimento e fortalecimento desses

atores foi elemento constituinte do cenário latente de insatisfação na capital paulista. Cidades como Rio de Janeiro e Belo Horizonte também vivenciaram fenômenos semelhantes, com a emergência de redes político-culturais periféricas, entre as quais os Enraizados, da Baixada Fluminense, ou o Duelo de MCs, ocupando o Viaduto Santa Tereza, na capital mineira.

Se não tiveram a mesma proporção dos protestos que reuniram centenas de milhares de pessoas em junho, esses episódios tiveram o mérito de reabrir as ruas para os manifestantes.

IV

Justamente a partir da experiência acumulada desses levantes que tiveram início em 2011, com a Primavera Árabe, o 15-M e o Occupy Wall Street, e que se espalharam como modelo de ativismo para o mundo, Castells delinea algumas características dos novos movimentos em rede na conclusão de seu livro *Redes de indignação e esperança*. Acho importante compartilhar aqui uma sistematização sobre o pensamento do sociólogo catalão. Um breve interregno teórico¹¹⁴.

Para Castells, a conexão dos movimentos em rede ocorreu de inúmeras formas. Inclui redes sociais *online* e *offline*. Ainda que ocupem o espaço urbano, sua existência se dá no “espaço livre da internet”. O movimento social do século XXI é uma rede de redes, por isso podem permitir não ter um centro identificável e produzir articulação e deliberação por meio do choque entre seus inúmeros nós. “Por isso não necessitam de uma liderança e um centro de mando e controle formais, nem tampouco uma organização vertical que distribua a informação e as instruções” (Castells, 2012, p. 212), escreve. Para tratar nomear esse ambiente híbrido de espaço urbano e ciberespaço, Castells cria o conceito de “espaço da autonomia”.

Outra característica que ele destaca é que os movimentos são locais e globais ao mesmo tempo. Por sua ação em rede, os ativistas geraram uma forma de tempo própria, o tempo atemporal. São movimentos que emergem de forma espontânea, desencadeados por “uma fagulha de indignação”. Nesse sentido, como vem ocorrendo nos protestos brasileiros, Castells destaca a importância dos vídeos compartilhados pelo YouTube na difusão de informações mobilizadoras. Isso compõe uma outra característica desses movimentos: o fato de serem virais. O que ocorre em um país, se espalha para outros. Castells observa o “contágio” entre países, cidades e instituições. As mensagens de esperança passam a inspirar os cidadãos interconectados. “A transição da indignação à esperança é possível mediante a deliberação no espaço da autonomia” (2012, p. 213), escreve.

Por se basearem em decisões a partir de assembleias e comissões, os integrantes desse movimento defendem que ajam “sem líderes”. É normal que contestem toda e qualquer forma de atuação que se assemelhe à experiência da política habitual. Esses movimentos procuram “estabelecer as bases de uma democracia real praticando-a no movimento” (2012, p. 215).

Essa experiência sem lideranças produz, de acordo com os participantes, a sensação de unidade, pois os indivíduos articulados em torno dos mesmos propósitos superam o medo. Castells recupera a frase difundida pelo 15-M: “Juntas podemos. A horizontalidade das redes favorece a colaboração e a solidariedade, substituindo a necessidade de uma liderança formal” (2012, p. 215)

No caso brasileiro, essa questão da ausência de lideranças tem produzido inúmeros debates. No interior dessas redes, a disputa por protagonismo acaba muitas vezes por corroer dinâmicas de articulação mais sustentáveis. Se nos movimentos observados por Castells a recusa ao diálogo com partidos e outras instituições da democracia “tal como ela” é uma tônica, no caso brasileiro, a interlocução histórica produzida por alguns partidos e movimentos tradicionais ainda consegue produzir aproximações, como o episódio do #ExisteAmoremSP demonstra.

Ainda assim, em junho veríamos uma multiplicidade de abordagens em relação às aproximações com a política formal, tendo aqueles que defendem a recusa a qualquer diálogo, como os anarquistas e parte dos autonomistas, e outros agrupamentos que apostam no diálogo como instrumento de avanço social. Vale destacar que a autocrítica e as indagações sobre rumos e perspectivas são constantes no interior desses movimentos. Em princípio, são movimentos não violentos. Mas carregam consigo a possibilidade da ação direta e da desobediência civil pacífica, como no caso da tática Black Bloc.

Ocorre que também são raramente movimentos programáticos. A não ser, como registra Castells, quando o único objetivo é acabar com a ditadura. Ao fim e ao cabo, “são movimentos com o objetivo de mudar os valores da sociedade”, mas também podem “ser movimentos de opinião pública, com consequências eleitorais”. São, em essência políticos, principalmente ao praticarem exercícios de democracia direta. “O que propõem esses movimentos sociais em rede na prática é uma nova utopia no centro cultural da sociedade em rede: a utopia da autonomia do sujeito frente às instituições da sociedade” (2012, p. 218).

No caso brasileiro, esse fenômeno, digamos, da cultura digital, e da participação política nesse contexto, começa a forjar um novo tipo de agente social. Em meus trabalhos anteriores, os livros *A onda rosa-choque* e *Os Novos Bárbaros – a aventura política do Fora do Eixo*, faço uma enumeração das características específicas que algumas redes político-culturais assumem: (1) não possuem filiações ideológicas rígidas; (2) apostam na ação como forma de encontrar caminhos para mudar a sociedade (Façocracia); (3) estabelecem conexões com a esquerda libertária e recebem influência de movimentos como o anti-globalização que surgiu no final da década de 1990 e feneceu na primeira década do século 21; (4) incorporam o discurso publicitário e de disputa no interior do capitalismo, principalmente na construção de ações e campanhas de comunicação em rede; (5) não estão vinculados a partidos políticos, apostam no pós-partidarismo, mas não se colocam contrários ao diálogo com essas forças; (6) não se subordinam aos movimentos sociais surgidos nas três décadas anteriores da redemocratização brasileira, mas se associam a essas forças em ações específicas; (7) apostam na defesa de uma nova democracia, inclusive influenciando em processos como o eleitoral e a construção de políticas públicas; (8) apostam na valorização do comum e dos *commons*, com uso de ferramentas e *softwares* livres e o questionamento da propriedade intelectual nos termos impostos pela indústria cultural; (9) o *Do It Yourself* (DIY) – faça você mesmo – evolui para o *Do it Together* (DIT) – fazer juntos, organizando-se em

coletivos táticos, alguns fixos, outros provisórios; (10) reivindicam a ética *hacker*, com a criação do verbo raquear, que passa a ser a forma de se relacionar com as estruturas tradicionais de poder, ou seja, promover fissuras em sua organização e introduzir elementos que possam modificá-lo; (11) Constituem-se como laboratórios de experimentos políticos em rede, muitos deles provisórios, como é o caso do próprio #ExisteAmoremSP; (12) a cultura passa a constituir o lugar de afirmação e de produção da transformação social, forjando uma nova cultura política, baseada no afeto e na afirmação da singularidade diante das imposições coletivas.

Outro conceito que formulei nesses trabalhos anteriores é o de ativismo reticulador, que nos serve como complemento àquilo que Castells compreende ser a principal forma de poder na sociedade informacional: o poder para criar redes. Ou seja, as organizações que praticam o “ativismo reticulador” são aquelas que tecem redes, que, como no tecido reticular de nossos cérebros, se desenvolvem estabelecendo conexões entre diferentes elementos. Há várias formas de praticar o “ativismo reticulador”. Uma delas observa-se em levantes como o Occupy Wall Street, em que indivíduos e grupos políticos se articulam em rede para promover uma ampla manifestação contra o capitalismo contemporâneo. Há também formas menos amplas, como a reunião dos coletivos e indivíduos em torno do #ExisteAmoremSP.

V

Recompilo as imagens encadeadas anteriormente e a elas acrescento alguns elementos. Tomando como base os casos e fenômenos acima descritos, de fato podemos dizer que estamos diante de um novo território ciberpolítico, formado pela sobreposição contínua da ação nas redes e nas ruas. No caso brasileiro, tomando como base os antecedentes de junho, podemos identificar seis fatores que estimularam essa reconfiguração político-cultural^[16]:

- Uma redução do espaço de participação e colaboração na construção de políticas públicas na transição de Lula para Dilma. Sem dúvida, a expressiva inclusão social via consumo de massa ocorrida de 2003 a 2010 engendrou a necessidade de mais e melhores serviços públicos. Não à toa, portanto, muitos dos cartazes abertos pelos manifestantes nas ruas tomadas exigiam justamente melhoria da educação, da saúde, da segurança pública e do transporte;
- A centralidade adquirida pelas novas tecnologias de informação e comunicação, que se popularizaram no país nos últimos anos, em especial de sites de redes sociais, como o Facebook, uma verdadeira ágora proprietária da política contemporânea;
- A expressão de uma geração decepcionada com os rumos da política institucional;
- A influência viral das revoltas em rede, que têm se espalhado pelo planeta a partir da Primavera Árabe, dos indignados espanhóis e do Occupy Wall Street dos EUA, entre outras importantes iniciativas de desenvolvimento do “espaço da autonomia”;
- A reabertura das ruas por iniciativas de protesto, de diferentes colorações, de 2011 a 2013, do Churrascão da Gente Diferenciada ao #ExisteAmoremSP;
- A conformação, nos termos descritos por Castells, de um novo tipo de rede militante, baseada em indivíduos e coletivos interconectados, e também de agrupamentos políticos de coloração anarquista/autonomista que se dedicam ao trabalho de base e à micro-política.

REFERÊNCIAS

- AVRITZER, L. Conferências Nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil. *Texto para discussão* (IPEA. Brasília), v. 1, p. 7-24, 2012.
- BENTES, Ivana. Redes colaborativas e precariado produtivo. *Le Monde Diplomatique*, v. 2, p. 09-127, 2007.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 10. ed. São Paulo: Paz e terra, 2007.
- CASTELLS, Manuel. *Communication power*. Nova York: Oxford University Press, 2009.
- CASTELLS, Manuel. *Networks of outrage and hope*. Cambridge; Malden: Polity Press, 2012.
- COHN, Sérgio; SAVAZONI, Rodrigo. *CulturaDigital.Br*. Rio de Janeiro: Azougue, 2009.
- COSTA, Eliane. *Jangada digital*. Rio de Janeiro: Azougue, 2011.
- GIL, Gilberto. *Discurso do Ministro da Cultura, Gilberto Gil, em Aula Magna na Universidade de São Paulo (USP)*. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/noticias-ancine1/-/asset_publisher/QRV5ftQkXuV/content/ministro-da-cultura-gilberto-gil-em-aula-magna-na-universidade-de-sao-paulo-usp-/11025> Acesso em: 27 ago. 2013
- GIL, Gilberto. *Discurso de posse como Ministro da Cultura do Governo Lula*. Disponível em: <<http://www2.cultura.gov.br/site/2003/01/02/discurso-do-ministro-gilberto-gil-na-solenidade-de-transmissao-do-cargo/>> Acesso em: 29 ago. 2013

GIL, Gilberto; FERREIRA, Juca. *Cultura pela palavra*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2013.

GORZ, Andre. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.

JUDENSNAIDER, Elena; LIMA, Luciana; ORTELLADO, Pablo; POMAR, Marcelo. *Vinte Centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta, 2013.

LEMOS, André. *Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. Porto Alegre: Sulina, 2002.

ORTELLADO, Pablo; PARRA, Henrique; RHATTO, Silvio. *Movimentos em marcha: ativismo, cultura e tecnologia*. São Paulo: Edição do Autor, 2013.

SADER, Emir (org.) *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

SAVAZONI, Rodrigo. *A Onda Rosa-Choque: reflexões sobre redes, cultura e política contemporânea*. Rio de Janeiro: Azougue, 2013.

SILVEIRA, Sergio Amadeu da; JOSGRILBERG, Fábio Botelho. (Orgs.). *Tensões em rede: os limites da cidadania na internet*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2012.

SILVEIRA, Sergio Amadeu da; MACHADO, Murilo Bansi; SAVAZONI, Rodrigo Tarchiani. Backward march: the turnaround in public cultural policy in Brazil. *Media, Culture & Society*, v. 35, p. 549-564, 2013.

TURINO, Célio. *Ponto de cultura: o Brasil de baixo para cima*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010.

^[1] Rodrigo Savazoni é jornalista, escritor e realizador multimídia. Mestre em Ciências Humanas pela Universidade Federal do ABC. Autor de *CulturaDigital.Br* (Azougue, 2009), *A onda rosa-choque* (Azougue, 2013) e *Os Novos Bárbaros – a aventura política do Fora do Eixo* (Aeroplano, no prelo). Um dos criadores da Casa da Cultura Digital, do Festival CulturaDigital.Br (2009-2011) e da plataforma pública de redes sociais CulturaDigital.Br. Atualmente dirige o Instituto Procomum.

^[2] “Conferências nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil”. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=15077>. Acesso em: 18 ago. 2013.

^[3] O artigo pode ser lido no Scielo: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002009000300004&script=sci_arttext> Acesso em 21 abr. 2014

^[4] “Hackers resolvem problemas e compartilham saber e informação. Acreditam na liberdade e na ajuda mútua voluntária, tanto que é quase um dever moral compartilhar informação, resolver problemas e depois dar as soluções para que outros possam resolver novos problemas” (Gil, 2004, online).

^[5] Fonte: Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://eaesp.fgvsp.br/sites/eaesp.fgvsp.br/files/arquivos/gvpesqti2013ppt.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2013

^[6] Fonte: Ibope/Net Ratings. Disponível em: <<http://idgnow.uol.com.br/internet/2012/12/14/ibope-numero-de-internautas-no-brasil-passa-de-92-milhoes>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

^[7] No livro *A onda rosa-choque* publiquei um artigo intitulado “O duplo perfil do Facebook”, em que falo da modulação binária dessa rede proprietária, que é instrumento de libertação e de cerceamento ao mesmo tempo. Essa é uma das características mais expressivas da sociedade do controle, em que as forças que aprisionam e libertam podem ser as mesmas, operando apenas em modulações distintas.

^[8] Depoimento do idealizador do evento Churrascão da Gente Diferenciada. Acesso em: <<http://www.aoscubos.com/opiniao-eu-fui-ao-churrascao-de-gente-diferenciada-diz-internauta/>> 21 abr. 2014.

^[9] “Marcha da Liberdade ocorre em mais de 40 cidades”. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/cidades/noticias/marcha-da-liberdade-ocorre-hoje-em-mais-de-40-cidades-20110618.html>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

^[10] O registro do Manifesto se encontra no livro *Movimentos em marcha*. Disponível em: <<http://emmarcha.milhara.org>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

^[11] Manifesto de convocação do Ato #AmorSimRussomanoNão: <https://pt-br.facebook.com/events/492426367449347/> Acesso em 15 fev. 2014.

^[12] Página do #ExisteAmoremSP no Facebook: <https://www.facebook.com/ExisteAmorEmSp/info> Acesso em 15 de fev. 2014.

^[13] Conforme explico na introdução do meu livro *A onda rosa-choque*: “A ideia de fundir azul e vermelho numa ‘aliança rosa’ surgiu do desconforto com os mapas eleitorais da cidade, que opõem a periferia (vermelha) ao centro (azul), aludindo a petistas e tucanos. Esse mapa, explorado à exaustão pelos grandes veículos de comunicação, criou nos últimos anos um estigma que impede a cidade de enxergar as nuances complexas de sua configuração política. Como se houvesse apenas um bloco sólido branco e conservador, a ocupar os bairros centrais, e outro negro e progressista nas bordas da metrópole. Nada mais simplista. Combater essa dualidade tacanha era um dos objetivos do #ExisteAmoremSP, que, longe de ser a proposição de uma terceira via, procurou vocalizar a necessidade de se construir, na cidade betaglobal, pactos alternativos, em torno de temas como a generalizada violência policial que nos assola. Como tratava-se de um movimento de afirmação da diversidade e das liberdades individuais, o uso do rosa-choque, cor estranha à política,

também se apresentou como forma de questionar o patriarcado e o comportamento sexualmente repressor” (Savazoni, 2013, p. 18).

^[14] Neste documentário é possível acompanhar a *performance* de Criolo durante o #ExisteAmoremSP: “<http://www.youtube.com/watch?v=MNPpDsILttw>” Acesso em 15 fev. 2014.

^[15] Todas as citações que se seguem são baseadas na edição espanhola da Alianza Editorial.

^[16] Importante destacar que este artigo encerra sua reflexão nos episódios antecedentes de junho de 2013. Acredito que ele pode ser útil para a análise dos desdobramentos da política que estão em curso neste momento, mas não nos estendemos para uma avaliação mais pormenorizada da conjuntura atual.